

6.janeiro.2014 – 18h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA E ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entidade: Associação para o Planeamento da Família

Professor Doutor Duarte Vilar
Doutor João Lavinha

Recebidos

conjuntamente por: Deputados das **Comissões de Saúde, Educação, Ciência e Cultura, e Orçamento, Finanças e Administração Pública** identificados na respetiva audição.

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.](#)

Exposição: A Deputada Carla Rodrigues (PSD), relatora da Comissão Saúde, que presidiu à reunião, enquadrou a audição, após o que deu a palavra aos representantes da Associação para o Planeamento da Família.

A delegação, sobre o assunto em discussão, deu nota do impacto, no que concerne à evolução da natalidade, das condições de vida e dos apoios públicos – estes últimos em particular se considerados, do ponto de vista pecuniário, ao longo de toda a infância (e não dos métodos contraceptivos ou da interrupção voluntária da gravidez). Defendeu depois que mais do que a melhoria das condições de vida e do acesso ao mercado de trabalho, são necessárias políticas públicas de apoio à natalidade e à parentalidade, dando como exemplo o desenvolvimento da procriação medicamente assistida.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), que recordou, no contexto do debate sobre o impacto da crise na redução da natalidade, que esta diminuição se vem verificando há décadas, com um conjunto de causas que vão além da crise. Constatou ainda, perante a exposição da Associação, que se é residual o número de mulheres sem filhos, então o principal problema em Portugal reside na passagem de 1 para 2 filhos. Por fim, solicitou comentários às recomendações constantes do relatório¹ do Grupo de Trabalho liderado pelo Professor Joaquim Azevedo, e quais os contributos que a Associação poderia apresentar.

O Deputado António Cardoso (PS), por seu turno, sublinhou o papel da comunidade educativa/escolar como fator com influência na natalidade, questionando a Associação nesta matéria, bem como sobre o papel do Serviço Nacional de Saúde e o seu impacto na natalidade.

¹ Cf. “*Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035) – Remover os obstáculos à natalidade desejada*”, Relatório final da Comissão para a Política da Natalidade em Portugal, Instituto Francisco Sá Carneiro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

De seguida, interveio o Deputado Paulo Almeida (CDS-PP), que sublinhou o papel da disponibilização de informação para a tomada de decisões bem fundamentadas (nomeadamente no caso da PMA), colocando questões quanto ao papel dos avós no âmbito do debate sobre a natalidade e o planeamento familiar.

Por fim, usou da palavra a Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, indicando o contributo da crise para a redução da natalidade, nomeadamente pelo aumento do desemprego, a instabilidade e precariedade associadas às condições de vida, que levam as famílias a adiar a decisão de ter (mais) filhos. Defendeu um sistema educativo que responda às necessidades das famílias e a regulação dos horários de trabalho para uma melhor conciliação com a vida familiar. Subscreevou as preocupações manifestadas com a redução dos apoios sociais, acrescentando a apreensão com o défice demográfico, agravado com a emigração dos jovens.

No seguimento das intervenções dos Grupos Parlamentares, a Associação para o Planeamento da Família, em síntese, indicou o seguinte:

1. Propôs a promoção de uma maior disponibilização de (in)formação, literacia para a saúde, e apoio médico, para permitir a tomada de decisões bem fundamentadas, nomeadamente no contexto da decisão das famílias de ter um filho, e na deteção precoce de infertilidade;
2. Defendeu que nunca houve apoios pecuniários efetivos à natalidade, nem políticas demográficas nesse sentido, mas sim licenças parentais e disponibilização de equipamentos.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 06 de janeiro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes